



José Gabriel Ávila\*

# No Pico espera-se e desespera-se

*“Sai ano, entra ano e os governantes não têm coragem, nem são capazes de alterar o funcionamento do sistema Hospitalar, descentralizando no Pico consultas de especialidade e exames complementares de diagnóstico.”*

Mal o carteiro coloca os jornais do Pico na caixa do correio, é sempre com grande expectativa que os leio de fio a pavio.

A demora no transporte de avião de três ou quatro dias denota os atrasos e as dificuldades de mobilidade que suportam pessoas e bens das ilhas “de segunda ordem”, mas para quem está longe da terra natal, gera-se, de imediato, uma sintonia com os problemas existentes, ou até uma revolta interior por saber que tantas situações clamorosas mantêm-se porque os detentores do poder regional não as sentem na pele.

1. Em meu entender a questão mais premente é, de há longos anos, a prestação de cuidados de SAÚDE diferenciados.

Sai ano, entra ano e os governantes não têm coragem, nem são capazes de alterar o funcionamento do sistema Hospitalar, descentralizando no Pico consultas de especialidade e exames complementares de diagnóstico. Esta questão foi colocada há algum tempo pelos autarcas picoenses durante uma visita estatutária do GRA. José Manuel Bolieiro aceitou a sugestão e prometeu estudar o problema. No entanto, até agora, nada foi respondido.

Os picarotos, cujo número se desconhece, porque as estatísticas do Hospital não referem a proveniência, continuam a atravessar o canal, para ir ao Hospital da Horta. Às vezes para um rápido ato médico que a telemedicina resolvia, se a administração da saúde e os profissionais do ramo tivessem a coragem de servir melhor os utentes. Muitos, em estado vulnerável, nem por isso são atendidos com prioridade, vendo-se obrigados a tomar o barco quase a meio da tarde e só almoçarem quando chegam a casa.

Estas são situações habituais mas terceiro-mundistas, indignas de um Serviço Regional de Saúde universal e equitativo.

Há quem as desvalorize e até as negue, recorrendo a naturais melhorias e estatísticas pouco fiáveis que pretendem calar os protestos de uma população sacrificada e descrente nos discursos eleitorais.

É disso exemplo a situação insustentável em que se encontram as instalações do Centro de Saúde das Lajes, instalado num desativado edifício escolar, porque bastante degradado.

Segundo o semanário O DEVER de 29 maio último, a nova unidade de saúde continua em fase de espera devido à avaliação de propostas para adjudicação do projeto. Trata-se de um investimento superior a 8 milhões de euros, com conclusão prevista para 2028. Tempo demasiado para sacrificar uma população, impedida de um atendimento digno em precárias instalações que se anunciou melhorar, mas sem prazo...

É assim com a saúde, o mesmo com os transportes marítimos e aéreos e com vias de comunicação terrestre, como a de acesso à Montanha.

Por falta de equipamentos para a exportação de gado bovino, 500 animais aguardam transporte para o continente, informa também o semanário “Ilha Maior”. A situação regista-se há mais de um mês. Se fosse numa ilha capitalina, o problema certamente estaria resolvido. No Pico, não. Espera-se, espera-se, meses!... para que a SATA dê um parecer sobre o necessário e urgente prolongamento da pista do Aeroporto, alegando-se razões de duvidosa sustentação.

Aguarda-se também disponibilidade de lugares nos aviões da Transportadora Aérea regional para os residentes saírem e chegarem em tempo útil, enquanto se aguarda o crescente aumento de tráfego.

Curiosamente, já há quem, perante a falta de lugares na SATA, chame à colação os benefícios dos navios ferry que, durante vários anos, transportaram milhares de passageiros e viaturas entre Santa Maria e as Flores. Os decisores que cancelaram esse meio de transporte, alegaram custos desmedidos. Ainda, não tiveram capacidade para



melhorá-lo e rentabilizá-lo tendo em conta as tradicionais ligações marítimas, nem previram as perturbações e dificuldades da sobrecarga de passageiros para a SATA, o aumento de despesas com o aluguer de aviões (ACMI), o acréscimo de subsídios devidos à tarifa Açores e outros inconvenientes que afetam a mobilidade dos visitantes.

Todas estas situações refletem-se na imagem do destino Ilha do Pico que, apesar das incompreensões e atrasos tem revelado uma capacidade de resiliência sem limites. Todavia, não podem perdurar por muito tempo a resolução de problemas básicos como a saúde e os transportes.

A população envelhece a olhos vistos e carece de cuidados e respostas que ultrapassem rapidamente tantos constrangimentos.

É o bem comum que o exige e o desenvolvimento harmónico que o reclama.

2.-Duvido que no Dia da Autonomia se tenha a coragem de assumir erros de governação, análises mal construídas, projetos desnecessários, gastos desmedidos sem resultados para as populações. Vamos ouvir o panegírico do costume, condenar o centralismo do exterior, os adversários da Autonomia e reclamar mais apoios da EU e da República para o desenvolvimento insular.

Mas quem ousa fazer a pedagogia da reflexão interna, serena e corajosa sobre a gestão sustentável dos recursos endógenos, questionando o sucesso e insucesso das nossas políticas económicas, sociais e políticas?

Sem esta postura, base da democracia, a “Livre Administração dos Açores pelos Açorianos” não vingará, nem os representantes eleitos merecerão a confiança do Povo de todas as ilhas. Este é, presente-mente, o maior problema da Autonomia Açoriana.